



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 071/2014 - NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Iúna-ES torna público que realizará “Pregão Eletrônico”, sob o critério “menor preço” para **Registro de Preços de microscópios e lupas (estereoscópios)**, conforme Processo nº 104014/2014. O certame será realizado pela Pregoeira Municipal e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 298/2014 e será regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/93 e Lei municipal nº 2.123/2008, bem como por demais normas de direito público aplicáveis e pelas regras previstas neste Edital e respectivos anexos, que o integram.

01 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, através do site: www.bb.com.br, link: www.licitacoes-e.com.br.

1.2. As propostas comerciais serão recebidas no aplicativo “Licitações-e” iniciando-se às 08h00 do dia 16/12/2014 até as 12h00 do dia 17/12/2014. A abertura das propostas dar-se-á em 17/12/2014 às 12h00. A sessão pública de disputa de preços será iniciada em 17/12/2014 às 14h00.

1.2.1. Caso a sessão pública não se encerre até as 18 horas, a critério da Pregoeira, o ato poderá ser suspenso e retomado na primeira ocasião disponível, cientificados os licitantes presentes na sessão on-line.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S.A. no site www.licitacoes-e.com.br.

1.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira em até, no máximo, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no endereço indicado no preâmbulo do edital ou por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: licitacao@iuna.es.gov.br ou pelo Tel/fax: (28) 3545-3066, informando o número da Licitação.

1.5. A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando, também para a data e horário para o início da disputa de preços, conforme disposto neste Edital.

1.6. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.7. A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.

1.8. Não podem participar do certame interessados que se enquadrem em ao menos uma dessas situações:

I – estejam constituídas na forma de consórcio;

II – estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ou art. 7.º da Lei 10.520/2002 aplicadas pela Prefeitura Municipal de Iúna;

III – estejam cumprindo a pena prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, imposta pela Prefeitura Municipal de Iúna ou por qualquer outro ente da Administração Pública nacional, direta ou indireta;

IV – estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

V – não cumpram o disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição da República;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

VI – estejam enquadradas nas situações previstas nos incisos do art. 9.º da Lei nº 8.666/93 ou no art. 90 da Lei Orgânica Municipal, em especial:

- a) que seja ou tenha em seus quadros societários ou como dirigente, administrador ou gerente servidor municipal efetivo, contratado, comissionado, eletivo ou temporário;
- b) o autor do projeto básico ou executivo;
- c) a empresa que tenha o autor do projeto como dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de cinco por cento do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado – ressalvado o disposto no art. 9.º, § 1.º, da Lei nº 8.666/93;

VII – não cumpram os requisitos de habilitação.

1.9. A só participação neste certame – que se dá mediante envio da proposta pelo sistema eletrônico de compras –, implica ciência e concordância do interessado com todos os termos do Edital, inclusive as condições traçadas para a futura contratação. Qualquer ressalva levantada pelo licitante levará a sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso.

02 – DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços de microscópios e lupas (estereoscópios), para atender aos alunos do curso de licenciatura em biologia, ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no Pólo Municipal de Educação Aberta e a Distância de Iúna/ES**, conforme características, condições e quantitativos descritos no anexo 1 deste Edital;

2.2. As condições gerais da contratação, como prazos, forma de entrega e pagamento, dentre outras, estão previstas na ata de registro de preços (anexo 9).

03 – VIGÊNCIA DA ATA E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, vedada sua prorrogação.

3.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços – que poderão ser formalizadas pelos instrumentos subsidiários tratados no art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as condições pertinentes – vigorarão do recebimento da autorização de fornecimento pelo contratado até o pagamento por parte da Administração, observados os prazos para o fornecimento previstos na Ata de Registro de Preços.

3.3. Encerrada a vigência da Ata, é vedada a formalização de novas contratações dela decorrentes.

3.3.1. Encerrada a vigência da Ata, seu subscritor não poderá receber novas autorizações de fornecimento, ainda que datadas e expedidas antes do vencimento da Ata.

3.4. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta.

3.5. Os preços registrados vincularão os respectivos proponentes enquanto vigor a Ata de Registro de Preços.

3.6. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária:

I – Do município de Iúna, através da dotação orçamentária nº : 080001.1236300123.015.44905200000 – Ficha 131, e os empenhos serão feitos na medida necessária à cobertura das autorizações de fornecimento.

04 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

- 4.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- coordenar o processo licitatório;
 - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
 - conduzir a sessão pública na Internet;
 - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
 - dirigir a etapa de lances;
 - desclassificar propostas indicando os motivos;
 - verificar e julgar as condições de habilitação;
 - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade superior quando mantiver sua decisão;
 - indicar o vencedor do certame;
 - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
 - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

05 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO.

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico Licitações-e, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A do território nacional.

5.1.1. Os interessados em se credenciar no aplicativo Licitações-e poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil S.A., telefone: 0800 729 0500, ou na cartilha para fornecedores, disponível na opção "introdução às regras do jogo" na página de licitações eletrônicas, cujo acesso deverá ser feito diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.

5.2. As pessoas jurídicas deverão credenciar representantes, para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal, junto às Agências do Banco do Brasil, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular propostas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema "Licitações-e".

5.2.1. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

5.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificado.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. ou à Prefeitura Municipal de Iúna, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

5.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas a data e horário limite estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

5.7.1. Os dados para acesso devem ser informados no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

5.8. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento das operações no sistema eletrônico do pregão, de modo que deve acessá-lo diariamente, sendo exclusivamente seu, o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens lançadas no sistema.

5.9. A licitante deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil S.A. (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.10. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

06 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL NA INTERNET.

6.1. O sigilo das propostas é garantido pelo Banco do Brasil S/A. e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas, portanto, é recomendável que os licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame.

6.2. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

6.3. A PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. ou a Prefeitura Municipal de Iúna responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a PROPONENTE às sanções previstas neste edital.

6.5. A validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão e não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada lote ou item.

6.6. Até o prazo final para a entrega das propostas, as licitantes poderão retirar ou substituir as aludidas propostas anteriormente apresentadas.

6.7. A partir do horário previsto no preâmbulo do Edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando da Pregoeira.

6.8. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.9. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.10. Será DESCLASSIFICADA a proposta, anteriormente à sessão de disputa do presente pregão, para o lote que não informar a marca e modelo do produto ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

6.10.1. As exigências mencionadas no subitem 6.10, no que tange à marca ou outras informações, deverão ser prestadas/cadastradas no campo “informações adicionais”.

6.11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente as que atenderem o disposto no art. 4.º, VIII ou subsidiariamente IX, da Lei nº 10.520/2002 participarão da fase de lances.

07 – DA SESSÃO DE DISPUTA DO PREGÃO

7.1. Classificadas as propostas, a Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, dos seus respectivos últimos lances registrados no sistema, do menor lance registrado, bem como da ordem de classificação. O sistema não identificará os autores dos lances registrados.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Os lances deverão ser ofertados de acordo com o critério de julgamento.

7.6. Serão desconsiderados os lances manifestamente inexeqüíveis, sendo que a pregoeira o cancelará de imediato.

7.7. O tempo normal da etapa de lances da sessão pública será encerrado por decisão da Pregoeira, do que serão previamente comunicados os licitantes.

7.8. O tempo aleatório será controlado pelo sistema eletrônico, o qual encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, podendo transcorrer período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às licitantes participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à arrematante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida uma melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.12. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação, conforme disposições contidas no item 9 deste Edital.

08 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

8.1. A habilitação e proposta de preços das licitantes será verificada por meio de documentos encaminhados a pregoeira, para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, avaliada na forma da Lei 8.666/93.

8.2. Encerrada a sessão de julgamento, a pregoeira determinará ao licitante vencedor que apresente em até 24 horas, contadas dessa determinação, via fac-símile ou e-mail, a documentação relativa aos requisitos de habilitação e proposta de preços (item 9).

8.2.1. Nos 10 (dez) dias corridos, contados a partir da determinação referida no item 8.2 deverá o licitante entregar a documentação física relacionada no item 9.

8.2.2. Recebida no prazo a documentação via fac-símile ou e-mail (item 8.2), a pregoeira promoverá exame provisório quanto à aceitação da proposta e habilitação do licitante.

8.2.3. A ausência ou desconformidade, integral ou parcial, da documentação encaminhada na forma do item 8.2 implicará, a depender do caso, a pronta desclassificação ou inabilitação do licitante, caso em que autorizada a retomada da sessão de julgamento para os fins do item 8.6.

8.2.4. Se, realizado exame provisório de que trata o item 8.2.2, conclui-se pela aceitabilidade da proposta e habilitação do licitante, a administração poderá iniciar os trâmites para a formalização da minuta da ata de registro de preços, que, todavia, somente poderá ser firmado depois de tempestivamente recebida e aferida a conformidade da documentação física tratada no item 8.2.1.

8.3. A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SETOR DE LICITAÇÕES
RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE
EDITAL N.º 071/2014 – PREGÃO ELETRÔNICO

8.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

8.5. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Pregoeira declarará o licitante vencedor no sistema eletrônico e, caso não seja oposto recurso, adjudicará o objeto.

8.6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o arrematante convocado desatender as exigências habilitatórias ou se não entregar o envelope de documentação e proposta no prazo devido, a Pregoeira examinará a proposta da segunda colocada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

09 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. PROPOSTA DE PREÇOS

9.1.1. A arrematante deverá apresentar sua proposta comercial, em 01 (uma) via original, atualizada com os valores do último lance ofertado na sessão pública de disputa de preços, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa, a qual deverá conter os seguintes elementos:

I - discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no anexo 1, contendo a marca e modelo do produto;

II – validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias – contados da data marcada o início da sessão de julgamento; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

III – quantidade e preço unitário para cada um dos lotes a que pretende concorrer, vedada a oferta de quantidade inferior por lote, devendo o preço unitário ser cotado em Real com utilização de até duas casas decimais após a vírgula (R\$X,XX), que também deverá vir redigido por extenso.

9.1.2. Em eventual divergência entre a indicação numérica do preço e sua referência por extenso, prevalecerá este último.

9.1.3. Também é obrigatória a indicação na proposta do endereço físico, endereço eletrônico (*e-mail*) e telefone. Se houver *fac-símile*, deve este ser indicado. Tais dados serão utilizados pela Administração para realização de comunicações destinadas ao licitante/contratado.

9.1.4. O preço ofertado incluirá todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, hospedagens, fretes e outros custos relacionados aos produtos, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os produtos. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto.

9.1.5. A proposta que não atender as regras deste Edital e a legislação pertinente será desclassificada.

9.1.6. Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou não previstas neste edital.

9.1.7. As propostas deverão trazer as expressões contidas no Anexo 1, evitados sinônimos técnicos ou omissões referentes à especificação do objeto.

9.1.8. Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada lote ou item.

9.1.9. Serão desclassificadas as propostas desconformes ou incompatíveis, com preços simbólicos, irrisórios ou negativos, observados os critérios do Art. 48, II, da Lei nº 8.666/93, bem como as que consignem preços superiores aos praticados no mercado.

9.2 - HABILITAÇÃO

9.2.1. A habilitação dos licitantes depende da apresentação da documentação referida nos itens seguintes, que digam respeito às respectivas realidades organizacionais.

9.2.1.1. A habilitação jurídica dependerá da apresentação de:

I – registro comercial, no caso de empresário individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

III – Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.2. A qualificação econômico-financeira depende da apresentação de:

I - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

9.2.1.2.1. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial em seu favor, sem prejuízo da relativa à matriz.

9.2.1.2.2. Caso esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá o licitante apresentar certidão emitida pelo órgão jurisdicional competente que ateste que está apto econômica e financeiramente a execução o objeto licitado, bem como encaminhar a documentação que permita aferir sua real situação.

9.2.1.2.3. Mesmo na situação do item 9.2.1.2.2. não fica o licitante dispensado de apresentar a certidão prevista no item I ainda que positiva.

9.2.1.3. A regularidade fiscal e trabalhista depende da apresentação dos seguintes documentos:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal;

III – prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado em que sediado o licitante;

IV – prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município em que sediado o licitante;

V – prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI – prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS) - para os casos de certidões emitidas antes do dia 03/11/2014.

VII – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

9.2.1.3.1. As certidões de que trata o item 9.2.1.3 deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto na proposta do licitante.

9.2.1.3.2. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item 9.2.1.3 em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz.

9.2.1.4. Demais documentos

I – alvará de licença e funcionamento emitido pelo Município sede da empresa.

9.2.1.5. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir integralmente das benesses previstas nos artigos 42 a 45 da Lei complementar nº 123/2006 deverão comprovar essa condição por meio de declaração de que não paira sobre o licitante nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 (anexo 5) e ainda:

I – comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* do Ministério da Fazenda; ou

II – se não optante do Simples, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, em que se ateste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.2.1.5.1. Caso o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte não goze de regularidade fiscal por ocasião da apresentação do envelope de habilitação, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deve ser feita, porém consignando-se a ressalva a respeito da regularidade fiscal e, ainda, o compromisso de que, caso se sagre vencedor, providenciará a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006, no prazo lá estipulado, sob pena de, se não o fizer, sofrer as conseqüências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo (anexo 6).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

9.2.1.5.2. Mesmo o licitante enquadrado na situação do item 9.2.1.5.1 deverá apresentar toda a documentação necessária à sua habilitação no envelope pertinente (envelope 1 – Documentação e Proposta de Preços), inclusive a que consigna sua irregularidade fiscal.

9.2.1.6. A habilitação do licitante depende da apresentação das seguintes declarações:

I - Declaração de que cumpre o inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República (anexo 4), e

II - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de relação de parentesco (anexo 3).

9.2.1.6.1. O licitante deverá informar, na forma do anexo 3, eventual relação matrimonial, de união estável ou de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, entre o próprio licitante (se pessoa natural), seus sócios, dirigentes, administradores ou gerentes, com qualquer servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

9.2.1.6.2. A existência da relação prevista no item 9.2.1.6.1 não impede a participação do licitante no certame, porém deve ser informada para fins de controle.

9.2.1.6.3. Caso haja o vínculo referido no item 9.2.1.6.1, promover-se-á, logo que possível, a disponibilização de tal informação no *site* da Prefeitura Municipal de Iúna (www.iuna.es.gov.br), no *link* pertinente à presente licitação, bem como no sistema eletrônico do Banco do Brasil, franqueado o acesso público.

9.2.1.6.4. Se o vínculo de parentesco, união estável ou matrimônio estiver estabelecido com membro da equipe de apoio, o servidor se afastará dos trabalhos de assessoramento assim que descoberto o fato, o que deverá constar nos autos. Se o vínculo for com a Pregoeira, além de seu afastamento e substituição imediata, a adjudicação caberá necessariamente ao pregoeiro substituto, salvo se houver recurso.

9.2.1.6.5. A omissão de eventual relação prevista no item 9.2.1.6.1 levará à aplicação ao licitante de multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.

9.2.1.7. O licitante poderá deixar de apresentar parte dos documentos de habilitação se tiver Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido na forma do anexo 8, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

9.2.1.7.1. Os documentos referidos no CRC, desde que dentro dos respectivos prazos de validade, não precisam ser reapresentados no "envelope 1 – Documentação e Proposta de Preços".

9.2.1.7.2. Os documentos não referidos no CRC do licitante que sejam necessários para a habilitação nesta licitação – ou que, apesar de referidos, estejam vencidos – devem ser apresentados dentro do "envelope 1 – Documentação e Proposta de Preços".

9.2.1.7.3. O licitante que quiser utilizar o CRC deverá apresentá-lo no "envelope 1 – Documentação e Proposta de Preços" acompanhado de declaração de inexistência de fato superveniente à expedição do CRC que impeça sua participação no certame (anexo 8) e, ainda, a documentação a que se refere o item 9.2.1.7.2.

9.3. Ressalvados os documentos a serem elaborados e firmados pelo próprio licitante, todos os demais necessários à participação no certame podem ser apresentados em versão original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou, ainda, por cópia simples, a ser autenticada por servidor da Administração mediante apresentação do original para conferência.

9.3.1. A validade de certidões obtidas na *internet* será confirmada pela Pregoeira no momento adequado da abertura e julgamento da documentação apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

9.3.2. Para as certidões que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por sessenta dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

9.4. Para efeito de apresentação dos documentos e das provas de regularidade acima mencionados, não serão aceitos quaisquer protocolos.

10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. Para o julgamento da Licitação, a Pregoeira Municipal levará em consideração, conforme o disposto no artigo 4º, inciso X da Lei 10.520/02, a proposta mais vantajosa para o Município, determinando que será(ão) vencedora(s) a(s) licitante(s) que, apresentando a proposta de acordo com as especificações do Edital, ofertar(em) o “MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE”.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço simbólico, irrisório ou incompatível com os preços de mercado;

10.3. Será desclassificada a proposta, na fase posterior à entrega da documentação e da proposta comercial, cuja descrição do produto ofertado, bem como os valores propostos estejam divergentes com a anteriormente ofertada na proposta eletrônica, realizada no aplicativo “licitações-e”.

10.3.1. Se o valor da proposta expresso na documentação remetida via envelope for menor do que o lance ofertado pelo licitante na sessão virtual, a pregoeira a considerará como melhor preço e com base nele se definirá o valor da futura contratação.

10.4. Constatada a existência de erro numérico nas propostas, a Pregoeira procederá às correções necessárias para apuração dos preços globais, obedecendo-se às seguintes disposições:

- a) se houver discrepância entre os valores propostos, prevalecerá o montante por extenso;
- b) erro de transcrição das quantidades para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- d) erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma;

10.5. Adjudicada e homologada a licitação, será o licitante vencedor convocado para assinar a ata de registro de preços, dispondo ele de sete dias corridos para fazê-lo, contados do recebimento da convocação.

10.5.1. Cabe exclusivamente ao licitante convocado disponibilizar à Administração a ata de registro de preços devidamente assinada dentro do prazo aqui previsto.

10.5.2. A Administração poderá, a seu critério, prorrogar o prazo previsto no item 10.5, por igual período, caso o licitante convocado assim requeira durante seu transcurso e exponha justo motivo para tanto.

11 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS.

11.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, perante a Prefeitura Municipal de Iúna, qualquer pessoa que não se manifestar em até, no máximo, 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciaram, conforme preceitua o artigo 18 do Decreto Municipal 0114/2005.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

11.1.1. A impugnação somente será aceita mediante protocolização no Setor de Protocolo e Documentação (Protocolo Geral) desta Prefeitura.

11.1.2. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes da data de abertura da Sessão do Pregão.

11.2. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem 11.1, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

11.3. Dos atos e decisões relacionados com este Pregão, caberão recursos, nos seguintes casos:

a) julgamento das propostas;

b) habilitação ou inabilitação;

c) anulação ou revogação do Pregão;

d) aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Iúna.

11.4. Depois de encerrada a etapa de lances e aferida a conformidade da documentação da proposta e habilitação do licitante que ofereceu o melhor preço, a Pregoeira o declarará vencedor no sistema até as 16h de dia em que haja expediente na Prefeitura, ocasião em que abrirá a possibilidade de manifestação de interesse recursal.

11.4.1. Os licitantes interessados em recorrer deverão manifestar tal intenção no sistema, em campo próprio, até as 23h59min59seg do mesmo dia referido no item 11.4, sob pena de preclusão.

11.4.2. A manifestação de que trata o item 11.4.1 deve indicar explicitamente o ato da Pregoeira de que se pretende recorrer e expor de forma sucinta o motivo da irrisignação, sob pena de não conhecimento.

11.5. Ao licitante que manifestou adequadamente sua intenção de recorrer será conferido o prazo de três dias corridos para apresentação das razões recursais pertinentes, ficando os demais licitantes automaticamente intimados para, querendo, apresentarem suas contra-razões em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente, assegurado a todos os licitantes vista dos autos do procedimento.

11.5.1. A falta de manifestação no prazo do subitem 11.4 e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.5.2. Não serão aceitos os Recursos, cujas razões não estejam relacionadas àquelas manifestadas na intenção de recorrer.

11.5.3. As razões do recurso e/ou do contra-recurso deverão ser protocoladas junto ao Setor de Protocolo desta Prefeitura.

11.6. O Recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Os Recursos de que tratam as alíneas "c" e "d" do item 11.3. deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.8. A intimação dos atos referidos na alínea "c" do item 11.3. será feita mediante publicação na imprensa oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

11.9. As impugnações e os recursos interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo PROPONENTE não serão conhecidos.

11.10. O recurso será dirigido a Pregoeira que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso pela autoridade superior.

11.10.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Aos licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem na execução da ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem qualquer espécie de fraude, serão aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

I – Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelo licitante, limitado a 15% (quinze por cento), pelo não cumprimento do prazo de assinatura da ata de registro de preços;

II - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da ordem de fornecimento expedida, limitado a 15% (quinze por cento) do valor total dos lotes arrematados pelo contratado, pelo atraso no prazo de entrega dos produtos, pela não retirada da Ordem de fornecimento, pela recusa em entregar os produtos objeto desta contratação ou substituí-los, quando necessário;

III – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos lotes arrematados pelo contratado, devido nas situações em que o atraso no fornecimento/serviço frustra o propósito da autorização de fornecimento/serviço (inadimplemento absoluto), bem como por qualquer outro evento de infração contratual decorrente de irregularidades na execução da contratação ou violação aos deveres pactuados;

IV – Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do sistema de registro cadastral por até cinco anos;

12.1.1. Os limites das multas referidas nos incisos I, II e III devem ser observados pontualmente, a cada episódio de infração dos deveres contratuais, de modo que eventual aplicação, em momento anterior, da sanção, ainda que em seu patamar máximo, não obsta a incidência da multa para novas infrações.

12.1.2. A pena de multa pode ser abatida de eventuais créditos do contratado frente à Prefeitura.

12.2. Caso se constate que o produto fornecido pelo contratado está em desconformidade qualitativa com as normas vigentes, o contratado será obrigado a entregar quantidade equivalente de produto regular.

12.2.1. A critério da Administração, o crédito decorrente do item 12.2 poderá ser abatido de eventuais pagamentos devidos ao contratado.

12.3. Ante o surgimento de indícios de irregularidades que possam, em tese, ensejar a aplicação de sanções, o licitante será intimado para apresentação de defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da respectiva intimação.

12.3.1. Decorrido o prazo para defesa, com ou sem resposta, a autoridade competente decidirá motivadamente pela aplicação ou não de penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

13 – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

13.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a:

13.1.1. Fornecer o produto (s), obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas deste Edital, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos;

13.1.2. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento que lhe for adjudicado;

13.1.3. Arcar com as despesas inerentes ao fornecimento/execução do objeto deste Edital;

13.1.4. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar no fornecimento do produto;

13.1.5. Utilizar no fornecimento/execução, pessoal que atenda, entre outros, o seguinte requisito:

a) possuir bons princípios de urbanidade;

13.1.6. Não subcontratar o fornecimento a ela adjudicado, sem a expressa anuência do Município;

13.1.7. Atender satisfatoriamente e em consonância com as regras deste Edital, o objeto licitado;

13.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital;

13.1.9. Dar garantias e manter os prazos ajustados neste Edital e firmados na proposta comercial da empresa;

13.1.10. Comprometer-se a entregar os materiais na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna;

13.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor responsável pelo recebimento e fiscalização.

13.2. A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

13.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito fornecimento do produto.

13.2.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função do fornecimento/execução, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

13.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no Capítulo IX deste Edital;

13.2.4. Providenciar as inspeções do fornecimento/execução, através do órgão fiscalizador, com vistas ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Este Edital deve ser interpretado de modo a propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de condições mais vantajosas de contratação para a Administração.

14.2. O presente certame licitatório destina-se à formação de registro de preços e não obriga o Município a firmar contratações dele decorrentes, de modo que pode haver outras formas de contratação, desde que admitidas na legislação, para a aquisição dos mesmos produtos cujos preços se pretende registrar por meio



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

deste certame, assegurada ao subscritor da Ata de Registro de Preços, em igualdade de condições, preferência na contratação.

14.2.1. Sem prejuízo do item 14.2, não há quantidade mínima a ser adquirida pela Administração por meio deste registro de preços.

14.3. Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e haja anuência do subscritor da Ata de Registro de Preços.

14.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso, ou, se já assinada a Ata, sua rescisão, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.4.1. A aplicação do disposto no item 14.4, bem como a rescisão da Ata por outros motivos, autoriza a convocação dos demais licitantes, na ordem de classificação, observadas todas as condições de aceitabilidade de propostas e habilitação de licitantes.

14.5. Os atos referentes a este procedimento licitatório e às contratações que lhe forem decorrentes serão comunicados aos licitantes e aos contratados pelos meios referidos no item 9.1.3, ressalvadas as situações em que a Lei exige a publicação em órgão de imprensa oficial.

14.5.1. A eventual modificação de endereço, e-mail, telefone ou fac-símile obriga o contratado a informá-la à Administração, o que será feito mediante petição a ser protocolada na Prefeitura Municipal, em que se faça referência ao número deste processo e da Ata de Registro de Preços.

14.5.2. O não cumprimento do item 14.5.1. terá o condão de reputar válidas as comunicações remetidas ao endereço, e-mail, telefone ou fac-símile originalmente informados pelo contratado.

14.6. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior:

a) proceder, em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade, a imutabilidade das propostas e a segurança da contratação;

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação da licitante e habilitação, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

c) convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.8. As alterações do Edital que afetarem a formulação da proposta serão comunicadas por meio eletrônico, via Internet (e-mail) para todos os interessados que retiraram o edital, disponibilizadas no site www.licitacoes.com.br e divulgadas, pela mesma forma que se deu texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

14.8.1. As alterações do Edital que não afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet (e-mail), não sendo alterada a data de abertura das propostas e da Sessão de Disputa do Pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

14.9. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pela Pregoeira ou pela autoridade superior, desde que pertinentes, com o objeto do Pregão, e observadas à legislação em vigor.

14.10. A participação da PROPONENTE nesta licitação implica em aceitação plena de todos os termos deste Edital.

14.11. Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos.

14.12. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

14.12.1. Caso o vencimento coincida com fim de semana, feriado ou dia em que não houver expediente na Prefeitura, será ele prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

14.13. Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

14.13.1. A nulidade do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços e das respectivas contratações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

14.13.2. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.14. Poderão ser convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade.

14.15. Este Edital será regido pelas regras e princípios de direito público, pela Constituição da República, pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006, independente da transcrição, com disposições vigentes ao tempo da publicação deste ato. A pregoeira resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

15. ESTE EDITAL É INTEGRADO DOS SEGUINTE ANEXOS:

I – Anexo 1 - Especificação do Objeto / Termo de referência;

II – Anexo 2 – Modelo de Proposta;

III – Anexo 3 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação e de Relação de Parentesco;

IV – Anexo 4 – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição;

V – Anexo 5 – Modelo de Declaração de ausência de motivo que impeça ME/EPP de gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;

VI – Anexo 6 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação, Ressalvada a Regularidade Fiscal (para ME/EPP);

VII – Anexo 7 – Condições para Expedição de Certificado de Registro Cadastral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

VIII – Anexo 8 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente à expedição do CRC que Impeça a Participação no Certame;

IX – Anexo 9 – Minuta da ata de registro de preços.

Iúna/ES, 28 de novembro de 2014.

Maria Rosilélia Alves Carvalho

Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 1
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Objeto e descrição dos lotes: Registro de Preços de microscópios e lupas (estereoscópios), para atender aos alunos do curso de licenciatura em biologia, ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no Pólo Municipal de Educação Aberta e a Distância de Iúna/ES.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	<p>ESTEREOSCÓPIO BINOCULAR contendo as especificações mínimas a seguir: Tubo com inclinação de 45° e duas oculares emparelhadas de campo amplo WF 10x/20mm com borrachas anti-reflexo contendo em uma das oculares e ajuste de dioptria de +-5 Distância interpupilar ajustável entre 55 e 75 mm, porta objetivas reverso contendo 02 objetivas pareadas de 2x e 4x com ampliação de no mínimo 20 e 40 vezes e revestidas com tratamento anti-fungo, Base de liga de metal contendo alça para transporte, focalização por meio de pinhão e cremalheira e dispositivo de ajuste macro e micrométrico em ambos os lados, platina de objeto transparente ou branca com duas presilhas e distância de trabalho de 60 mm iluminação por LED incidente e transmitida ambas acionadas por botões independentes e de lados opostos podendo ser usadas simultaneamente com ajuste de controle de tensão. Bateria recarregável embutida de no mínimo 1 800 mAH e fonte de alimentação externa Bivolt. Embalagem: embalado em capa protetora de poeira em caixa de isopor Garantia mínima de 05 anos para partes mecânicas e ópticas Garantia de reposição de peças de no mínimo 06 contendo anos A empresa deverá comprovar assistência técnica no Estado do Esp. Santo (para assinatura do contrato / ata de registro de preços).</p>	UN	10

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
02	<p>MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR Contendo as seguintes características técnicas: Estativa com design ergonômico e suporte de mão usada no transporte. Tubo de observação binocular contendo ocular de WF10x/18 com inclinação de 30° e rotação de 360°, regulagem de dioptria em uma das oculares contendo escala de -5^a+5 e distância interpupilar ajustável entre 55mm a75mm. Revólver porta objetiva: reverso quádruplo com mecanismo de rolamento com esferas e click-stop. Objetivas: acromáticas semiplanas de 4x N A 0 10, 10x N A 0 25, S40x N A 0 65, S100x N A sendo as objetivas de 40x e 100x montadas sobre molas, mesa com tamanho mínimo de 130x130 com vernier e platina de translação integrada de no mínimo 70x28mm de faixa de deslocamento. Focalização através de ajuste macrométrico e micrométrico por botão posicionados em ambos lados com graduação de no máximo 0 002mm com atrito de controle de foco ajustável. Condensador: ABBE 1 25 com diafragma íris e porta filtro. Iluminação através de LED 1watt com controle de intensidade independente do botão liga/desliga, fonte de alimentação interna de 85-230V e bateria tipo 3NiMH AA com operação de no mínimo 60 horas. Acessórios inclusos: 01 unidade de Lâmpadas reserva</p>	UN	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

2 - Forma de entrega: parcelada.

3 - Local de entrega: O material será entregue no almoxarifado central, localizado na Rua Des. Epaminondas do Amaral, nº 58, Centro, Iúna/ES, CEP: 29390-000, no horário das 12h às 18h.

4 – Condições de execução:

4.1. A contratada será informada com antecedência mínima de 12 (doze) dias antes da data prevista para entrega, através da autorização de fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna.

4.2. A contratada deverá entregar os materiais em um prazo não superior a 12 (doze) dias após o recebimento da autorização de fornecimento. Esta entrega será acompanhada por fiscal de contrato/ata de registro de preços devidamente nomeado pela Secretaria Municipal de Gestão através de portaria.

4.3. A contratada deverá emitir Nfe (nota fiscal eletrônica), que será entregue junto com os materiais ao servidor responsável pelo recebimento, bem como comprovantes de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, com o INSS e com a Justiça do Trabalho.

5 - Informações complementares:

5.1. A administração dispõe de noventa 90 (noventa) dias, contados da data referida no item 1.2 do edital, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta.

5.2. A ata de registro de preços vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua publicação resumida na imprensa oficial, vedada sua prorrogação.

5.3. Os preços registrados vincularão os respectivos proponentes enquanto vigor a Ata de Registro de Preços.

5.4. Ficará por conta da contratada o transporte e pessoal necessário à entrega e descarregamento do produto.

5.5. Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, hospedagens, fretes e outros custos relacionados aos produtos, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os produtos, não podendo posteriormente reivindicar nenhum tipo de pagamento extra.

OBS: *Será desclassificada a proposta que não informar a marca e modelo do produto ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 2
MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2014

RAZÃO SOCIAL: *[preenchimento obrigatório]*

CNPJ: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): *[preenchimento obrigatório]*

TELEFONE: *[preenchimento obrigatório]*

FAC-SÍMILE: *[preenchimento facultativo]*

(LOCAL E DATA) , de de 2014. *[preenchimento obrigatório]*

Declaro que li e concordo com todas as condições de execução da Ata de Registro de Preços.

Seguem anexos nossos preços para participação no presente certame.

A validade desta proposta é de dias. *[lembre-se de que o prazo mínimo de validade da proposta é de 90 dias]*

Descrição do Objeto do Lote vencido.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MODELO	UNT	TOTAL

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 3
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE
RELAÇÃO DE PARENTESCO

[local e data.]

À Pregoeira
da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão Eletrônico nº 071/2014.

O licitante [*nome do licitante*], inscrito no CNPJ sob o nº [*informar o CNPJ*], por meio de seu representante abaixo assinado, Sr. [*nome do representante que assina esta declaração*], [*qualificação do representante e indicação de sua relação com a licitante (sócio, administrador, gerente, dirigente, credenciado etc.)*], DECLARA, sob as penas da lei, em especial a cominada no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

[*ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável*]*

Declara ainda que [o Sr./a Sr.ª] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.ª Beltrana de Tal.

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

*** Observação: a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 4
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7.º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

(local e data) , de de 2014.

A
Pregoeira da PMI
Licitação nº 071/2014, modalidade Pregão Eletrônico.

A empresa,, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 5
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE IMPEÇA ME/EPP DE GOZAR DOS
BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

(local e data) , de de 2014.

A
Pregoeira da PMI
Licitação nº 071/2014, modalidade Pregão Eletrônico.

O licitante CNPJ declara que é(microempresa ou empresa de pequeno porte)....., que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006, de modo que pode fruir dos benefícios previstos naquela Lei.

.....
Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 6

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO,
RESSALVADA A REGULARIDADE FISCAL E DE RELAÇÃO DE PARENTESCO**

(local e data) , de de 2014.

A
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna
Licitação nº 071/2014, modalidade Pregão Eletrônico.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, ressalvada, todavia, a regularidade fiscal.

Caso esta licitante se sagre vencedora, compromete-se desde já a providenciar a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006, em dois dias, sob pena de, se não o fizer, saber das conseqüências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

*[ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável]**

Declara ainda que [o Sr./a Sr.ª] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: *Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.ª Beltrana de Tal.*

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

*** Observação:** a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.

***As microempresas e empresas de pequeno porte que não ostentem regularidade fiscal não devem apresentar a declaração do anexo 3, mas esta do anexo 6.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 7
CONDIÇÕES PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. O licitante interessado em apresentar Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá requerê-lo, em petição dirigida à Comissão, até o terceiro dia anterior à data final para a entrega do envelope de habilitação. O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – **obrigatórios**, sem os quais o CRC não será emitido:

a – documento de identidade (RG) ou equivalente;

b - registro comercial, no caso de empresário individual;

c - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e - decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

g - certidão negativa de débitos municipal do domicílio ou sede do licitante; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

h - certidão negativa de débitos estadual do domicílio ou sede do licitante;

i - certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

j - Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS);

k - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em que se demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

l - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

m – declaração de que não possui, no quadro de pessoal, empregados com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República;

n - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

II – **facultativos**:

a – alvará de licença para localização e funcionamento;

b – alvará expedido pela vigilância sanitária federal, estadual e municipal, a depender da atividade exercida;

c - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

e - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

2. O interessado, quando do requerimento de seu CRC, deverá apresentar os documentos (obrigatórios e facultativos) que guardem pertinência com sua forma de organização e objeto.
 - 2.1. Constará no CRC a menção aos documentos apresentados pelo interessado, inclusive com indicação dos respectivos prazos de validade.
 - 2.2. Os documentos devem ser apresentados no original ou por cópia autenticada; cópias simples serão admitidas desde que acompanhadas dos respectivos originais para conferência.
 - 2.3. Para a expedição do CRC o interessado deve comprovar o recolhimento da taxa de cadastramento, no valor de R\$18,55 através de depósito bancário, agência 0933-4, conta corrente 8.504-9 – Prefeitura Municipal de Iúna, Banco do Brasil S/A.
 - 2.4. O CRC vigorará por até um ano, contado de sua expedição, sem prejuízo da validade dos documentos nele referidos.
 - 2.4.1. Vencidos ou modificados documentos referidos no CRC, pode o interessado pedir nova expedição, recolhida a taxa respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 8
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE À EXPEDIÇÃO DO CRC
QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Cidade XXXX, de de 2014.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - PMI

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

O licitante _____(Nome da Empresa)_____, estabelecido à _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente à expedição do Certificado de Registro Cadastral, ora apresentado para fins de habilitação, que o impeça de participar da Licitação nº 071/2014, modalidade Pregão Eletrônico.

(nome e assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 9

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2014

PROCESSO Nº 104014/2014

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ do ano de 2.014, autorizado pelo ato de folhas (_____) do processo de Pregão Eletrônico nº 071/2014, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 449/2010 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o MUNICÍPIO DE IÚNA - ES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede na Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iúna - ES, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO CRUZ SILVA, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF n.º 221.210.306-97 e RG n.º M-384687-SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida Ademair Veieira da Cunha, nº 908, bairro Vila Nova, neste Município e o **DETENTOR DA ATA**:

Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por seu(ua) sócio(a), o(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), _____(profissão)_____, portador(a) do CPF n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado(a) na _____.

Os preços registrados do Detentor da Ata segue em anexo (anexo 09 - A)

Integra esta Ata de Registro de Preços o pertinente Edital de licitação e respectivos anexos, cujas disposições vinculam ambas as partes.

01 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a formação de **Registro de Preços de microscópios e lupas (estereoscópios), para atender aos alunos do curso de licenciatura em biologia, ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no Pólo Municipal de Educação Aberta e a Distância de Iúna/ES**, conforme normas e especificações do processo licitatório nº 071/2014 na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço global por lote.

02 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. A existência do registro dos preços não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(is), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, ou na Tesouraria da Prefeitura, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

03 - CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste instrumento, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão.

3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos produtos e respectivos locais de armazenagem, caso haja, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

3.4. A fiscalização da qualidade do (s) produto (s) ficará (ão) sob responsabilidade do Órgão gerenciador, que poderá recusar produto (s) que não atendam as normas técnicas específicas.

3.5. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2 do edital que procedeu à Ata, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços. Escoado o prazo sem convocação, o licitante vencedor não mais está obrigado a tanto.

3.6. Os preços registrados vincularão os respectivos contratados enquanto viger a Ata de Registro de Preços.

04 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária:

I – Do município de Iúna, através da dotação orçamentária nº 080001.1236300123.015.44905200000 – Ficha 131, e os empenhos, desde já autorizados pelo Ordenador de Despesa, serão feitos na medida necessária à cobertura das autorizações de fornecimento.

05 - CLÁUSULA QUINTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO E VIGÊNCIA DA ATA:

5.1. A localização e prazos de entrega dos produtos será conforme informado no anexo 01 do edital.

5.2. O recebimento do produto, será feito por Servidor da Prefeitura, condicionando a conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final, no prazo de até 07 (sete) dias, obrigando a contratada a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem defeitos ou incorreções nos produtos impugnados.

5.3. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando a contratada a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo máximo de 07 (sete) dias.

5.4. A ata de registro de preços vigerá por 12 (doze) meses, a contar de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, vedada sua prorrogação.

5.5. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços que poderão ser formalizadas pelos instrumentos subsidiários tratados no art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as condições pertinentes vigerão do recebimento da autorização de fornecimento pelo contratado até o pagamento por parte da Administração, observadas a forma de fornecimento.

5.6. Encerrada a vigência da Ata, é vedada a formalização de novas contratações dela decorrentes.

5.6.1. Encerrada a vigência da Ata, seu subscritor não poderá receber novas autorizações de fornecimento, ainda que datadas e expedidas antes do vencimento da Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

06 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. No caso dos subscritores da Ata não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal, seus servidores ou terceiros:

I – Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelo licitante, limitado a 15% (quinze por cento), pelo não cumprimento do prazo de assinatura da ata;

II - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da ordem de fornecimento expedida, limitado a 15% (quinze por cento) do valor total dos lotes arrematados pelo contratado, pelo atraso no prazo de entrega dos produtos, pela não retirada da Ordem de fornecimento, pela recusa em entregar os produtos objeto desta ata ou substituí-los, quando necessário.

III – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos lotes arrematados pelo contratado, devido nas situações em que o atraso no fornecimento/serviço frustra o propósito da autorização de fornecimento/serviço (inadimplemento absoluto), bem como por qualquer outro evento de infração contratual decorrente de irregularidades na execução da contratação ou violação aos deveres pactuados;

IV – Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do sistema de registro cadastral por até cinco anos;

6.1.1. Os limites das multas referidas nos incisos I, II e III devem ser observados pontualmente, a cada episódio de infração dos deveres contratuais, de modo que eventual aplicação, em momento anterior, da sanção, ainda que em seu patamar máximo, não obsta a incidência da multa para novas infrações.

6.2. Caso se constate que o produto fornecido pelo contratado está em desconformidade qualitativa com as normas vigentes, o contratado será obrigado a executar quantidade equivalente de produto regular.

6.2.1. A critério da Administração, o crédito decorrente do item 6.2 poderá ser abatido de eventuais pagamentos devidos ao contratado.

6.3. Ante o surgimento de indícios de irregularidades que possam, em tese, ensejar a aplicação de sanções, o licitante será intimado para apresentação de defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da respectiva intimação.

6.3.1. Decorrido o prazo para defesa, com ou sem resposta, a autoridade superior decidirá motivadamente pela aplicação ou não de penalidade.

07 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08 - CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

- a) Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) Designar servidor para acompanhar a execução desta Ata;
- c) Gerenciar a ata até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações dos subscritores da Ata:

- a) Fornecer os produtos registrados na forma prevista nesta Ata.
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor responsável pelo recebimento e fiscalização.
- c) Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d) Comprometer-se a entregar os materiais na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna.
- e) Garantir a entrega do material durante todo período de vigência da ata.

09 - CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes casos:

9.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

I – Não cumprir a exigências da Ata de Registro de Preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

II – Não retirar a respectiva nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

IV – Tiver presentes razões de interesse público.

9.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências da Ata de Registro de Preços:

09.1.3. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

10.1.4. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula sexta deste instrumento.

10.1.5. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores.

10.1.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na Imprensa Oficial, considerando cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

10.1.7. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado, deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO:

10.1. Quando houver necessidade de aquisição de produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento.

10.2. A Administração poderá prorrogar o prazo de recebimento da ordem de fornecimento, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

11.2. Fazem parte desta Ata de Registro de Preços o Edital de Licitação, em especial nos anexo 1, acrescido das informações obtidas no certame licitatório, relacionadas no Anexo 09 - A.

Iúna - ES, _____ de _____ de 2014.

Órgão Gerenciador

Prefeitura Municipal de Iúna/ES
Rogério Cruz Silva
Prefeito Municipal

Detentor(es) da Ata:

XXXXX (Firma)

XXXXX (Representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
Processo nº 104014/2014 – Edital nº 071/2014

ANEXO 09 - A
PREÇOS REGISTRADOS PELO DETENTOR DA ATA

Ficam registrados os seguintes preços do Detentor da Ata:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNT	TOTAL